

AS FACES DO MODERNO LEVIATÃ

Ideologia, poder político e classes sociais no regime militar: 1964-73...§

Eduardo Navarro Stotz

“Eu tinha comido um besouro. Ele zumbia dentro de mim furiosamente, pra lembrar que a imaginação incomoda muita gente. Parar de imaginar, parar de ser e de querer. Aceitar, resignar é bom, traz a brisa fresca, café com leite de manhã, muita fartura.” *

Introdução

Em 1963, meses antes do golpe militar que depôs o presidente João Goulart e inaugurou a fase da ditadura mais prolongada de nossa história republicana, a editora Tempo Brasileiro lançava a obra *Reforma contra reforma*, de Wanderley Guilherme.^[1] O sabor um tanto panfletário do livro não lhe retira o mérito de apontar os principais problemas que a sociedade brasileira atravessava naquele momento crítico.

Na polêmica aberta em torno das “reformas de base”, Wanderley Guilherme procurava localizar a essência da questão: tratava-se, em síntese, “de um imperativo colocado pelo desenvolvimento capitalista brasileiro, em particular pela expansão industrial recente, que encontra agora no financiamento futuro dessa expansão, por um lado, e na produção agrícola que a sustente, por outro lado, os principais problemas a resolver”. A necessidade de enfrentar esses problemas através das reformas de base era, em si, ponto pacífico para todos os segmentos da sociedade. O que não se revelava pacífico era, isto sim, o conteúdo concreto de tais reformas. Que classes e setores de classe beneficiaria e quais seriam sacrificados? “Compreende-se” – afirmava o autor – “que nenhum grupo social permite aos fenômenos econômicos terem seguimento espontâneo porque, na verdade, a espontaneidade do processo nada significa além do fato de estar ele subordinado às perspectivas e aos interesses de algum outro grupo. Em consequência, a solução final de uma questão que comporta várias alternativas, do ponto de vista estritamente econômico, dependerá da movimentação e do acúmulo de forças que cada setor comprometido nessa questão consiga mobilizar”. Chamando a atenção para o fato de que, dado o grau de penetração do capital

§ Versão original do capítulo do livro *Vinte Anos de Resistência: Alternativas da Cultura no Regime Militar*, organizado por Maria Amélia Mello, publicado em 1986 no Rio de Janeiro pela editora Espaço e Tempo.

* Do depoimento de uma exilada que morreu em Berlim Ocidental, em 1976. Citado por Evaldo Vieira (1985, pp. 36-37).

estrangeiro e de integração da economia brasileira no sistema imperialista, seria impossível a burguesia prosseguir com a ideologia de compromisso entre as classes, concluía não restar à burguesia brasileira senão posicionar-se entre estas duas alternativas: ou bem ela caminharia para uma solução “radical-burguesa” – cujo modelo político seria o Estado nasserista no Egito, entre 1953 e 1956 –, caso se sentisse suficientemente forte para suportar as pressões do imperialismo e para manter ao mesmo tempo o controle do movimento popular, ou bem se integraria completamente ao imperialismo, deflagrando um processo de violência antipopular.^[2]

Outro pensador de esquerda, Mário Pedrosa, refletindo sobre o quadro imediato ao golpe,^[3] destacou o fato de que, quando a burguesia brasileira optou por esta última solução, o fez em termos de um alinhamento ideológico profundo com o imperialismo. O chanceler Vasco Leitão da Cunha definiu o movimento militar de 31 de março como uma “contra-revolução preventiva”. Até hoje, nunca alguém definiu com tamanha precisão e profundidade o significado maior do golpe de 1964. Esta formulação consubstanciava, em suas linhas gerais, a doutrina reacionária forjada no contexto da “guerra-fria”, pelos generais franceses derrotados na Indochina (atual Vietnam) e na Argélia. A doutrina, elaborada na Escola Superior de Guerra da França, transformou-se, a partir de 1956, na teoria dominante nos círculos imperialistas em sua contra em movimentos de libertação nacional. Da mesma forma que nos países coloniais, estaria em curso no Brasil, nos anos 1961-1964, uma “guerra revolucionária”, contra a qual as “forças democráticas” deveriam opor o devido antídoto. “O general Castello Branco” – escreveu Mário Pedrosa – “já como presidente da República, em discurso no Dia do Soldado, em 1964, se referiu ao fato de que o trabalho de estágio de curso de Estado-Maior em 1963 girava precisamente em torno do conceito de guerra revolucionária.”^[4]

Os militares brasileiros, ao adotarem tal doutrina, elaboraram um esquema bastante simples para interpretar o desenvolvimento da luta de classes em nosso país: os comunistas “apátridas”, com a cumplicidade do presidente João Goulart, preparavam, apoiados na massa de manobra representada pelos sindicatos de trabalhadores, uma verdadeira “guerra revolucionária”. A denúncia da “República Sindicalista”, que surgira inicialmente em 1953, quando Goulart ocupava a pasta do Ministério do Trabalho, foi reeditada em 1964, e serviu para unificar as classes dominantes e para catalisar o desespero das classes médias, ressentidas com a inflação e o medo da proletarização.

O enquadramento do Brasil nos esquemas da “antiguerra revolucionária”, mais aplicáveis a países coloniais, simplificou os termos em que a questão estava colocada. Pois o golpe, uma “contra-revolução preventiva”, foi desfechado em nome dos supremos interesses do capitalismo, real ou supostamente ameaçados. Na raiz, o conflito social que conduziu a este desfecho era o que opunha o trabalho ao capital.

A ameaça à sobrevivência do capitalismo nesta parte do globo consistia, contudo, mera falácia. O

Partido Comunista Brasileiro, organização que nas esquerdas detinha a hegemonia política e ideológica, não representava a “hidra da revolução” de que sempre falam os reacionários de todos os tempos e países. O PCB cumpria, isto sim, o papel de uma força de sustentação da política de desenvolvimento nacional e autônoma do capitalismo, a qual, em termos práticos, expressava a solução de “estilo nasserista” a que se referia Wanderley Guilherme.

Porém era através daqueles esquemas mentais simplistas que os generais golpistas percebiam a perda de substância social do governo Goulart. Verificavam a falência do reformismo burguês na incapacidade crescente do presidente em manter sob controle o movimento operário e aplicar um plano econômico de estabilização. Quando a “agitação” chegou aos quartéis e as classes médias desfilarão pelas ruas na marcha por “Deus, a Família e a Propriedade”, sentiram-se suficientemente fortes para desfechar o golpe.

A ditadura militar enquanto forma de dominação

Em estudo sobre a memória histórica dos anos da ditadura militar, escrevemos, em parceria com José Luiz Werneck da Silva, um capítulo destinado a recuperar a memória coletiva dos militantes de esquerda que se opuseram ao Estado autoritário.^[5] Nesse capítulo procuramos captar, nas análises propostas pelas esquerdas, as visões construídas sobre a forma de exercício do poder político depois de 1964.

Uma destas visões apresentava a ditadura militar como sendo uma ditadura aberta (pois não utilizava mais os mecanismos da democracia representativa para ocultar a dominação burguesa) e indireta (uma vez que os novos governantes não eram mais os representantes políticos tradicionais da burguesia). As várias frações burguesas não teriam mais acesso direto ao poder, não podendo fazer valer seus interesses na dependência do Executivo de suas bases eleitorais. Resultava também dessa análise que, uma vez eliminadas as possibilidades de um partido de oposição chegar ao poder, a disputa passava para o campo das conspirações militares. A sucessão presidencial seria disputada nos quartéis, onde as frações burguesas expressavam-se indiretamente.

Um dos pontos mais interessantes nesta análise diz respeito ao distanciamento entre o poder político e suas bases de sustentação social sob a ditadura militar. Por um lado, o distanciamento nunca chegou a uma independência. O fato mesmo dos militares preservarem os mecanismos parlamentares e as eleições proporcionais revela algo mais do que a simples composição de uma “fachada democrática” e a “farsa eleitoral”: esses mecanismos viabilizavam um complexo esquema de sustentação política do regime, onde se faziam as transações entre as frações hegemônicas e as não-hegemônicas do bloco no poder.^[6] A sociedade brasileira era e continua sendo complexa

demais para permitir um regime à la Pinochet, por um longo período. Esses mesmos mecanismos, apesar de subordinados e sem um papel de canal efetivo para pressionar o Executivo, revelaram-se bastante eficazes recentemente, ao viabilizar institucionalmente a “transição democrática pelo alto”, via Colégio Eleitoral. Foi neste terreno político-institucional da ditadura que, progressivamente, nas rachaduras do bloco no poder, abertas a partir de 1974, o movimento liberal-progressista, com o MDB à frente, acumulou forças para, por fim, ocupar o espaço do poder.

Por outro lado, a autonomia, ainda que relativa, da ditadura militar face às suas bases de sustentação social, existiu efetivamente. Se a expressão maior desta autonomia foi o terrorismo de Estado, adquiriu desdobramentos em outros níveis da sociedade. No plano econômico avançou-se muito na direção do capitalismo de Estado, com o fortalecimento e mesmo a criação de empresas estatais como, na área da informática, a COBRA. Nas relações externas, passou-se da política externa independente, vigente até 1964, para uma política de interdependência do Brasil face aos Estados Unidos. Contudo, esse alinhamento não impediu que a ditadura ensaiasse, diante de países “fracos” da América do Sul, como o Paraguai e a Bolívia, um projeto “subimperialista”.

Etapas na formação da ditadura militar

É indispensável recuperar aqui a história das lutas que conduziram a essa longa tutela militar sobre as instituições burguesas no Brasil.

A intervenção militar na vida política nacional é um fenômeno no histórico cujas raízes mais remotas podem ser buscadas na Guerra do Paraguai. Entretanto, somente a partir de novembro de 1935, por ocasião da tentativa fracassada de uma insurreição comunista, é que as Forças Armadas adquiriram consistência ideológica e “espírito de corpo” indispensáveis ao desempenho de um papel específico na sociedade. Nas décadas seguintes, as FFAA interviriam sempre que a ordem estivesse, no julgamento dos dominadores, ameaçada. Em 1964, diante da profunda crise nacional, esta intervenção assumiu novo caráter. Já não se tratava pura e simplesmente de restabelecer a ordem. As FFAA assumiram o lugar de “classe dirigente”, destinando-se a missão de instaurar uma nova forma de organização do Estado. As etapas desse processo podem ser historiadas através da seguinte periodização:

- 1) Conjuntura da crise na implantação do movimento golpista, compreendendo o período de 1964 a 1968;
- 2) Conjuntura de solução da crise, compreendendo o período de 1968 a 1969; e
- 3) Conjuntura de consolidação da ditadura, compreendendo o período de 1969 a 1973.

Na primeira conjuntura, os militares ainda se debatiam com os compromissos herdados da ampla coalizão reacionária que havia conduzido ao golpe, na qual eles apareciam como “braço armado”.

A conspiração político-militar que derrubou Goulart foi preparada pelo chamado complexo IPES/IBAD^[7]. O IPES, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, foi o seu “centro estratégico”, enquanto o IBAD, Instituto Brasileiro de Ação Democrática, “agia como uma unidade tática”. Organização de elite do “bloco de poder multinacional e associado” da burguesia, o complexo IPES/IBAD estruturava-se numa ampla rede civil e militar. Seus dirigentes vinham da Associação Comercial do Rio de Janeiro, da Federação das Indústrias de São Paulo, da Câmara de Comércio Americana, da Associação dos Diplomados de Guerra. Contudo o IPES/IBAD não operava sozinho no campo do movimento golpista. A presença de políticos conservadores e de direita, como Magalhães Pinto, Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, representando outros interesses, como sejam os do latifúndio e das classes médias, se fez na perspectiva de que o golpe, ao destruir o esquema de sustentação política de Goulart e afastar os trabalhadores organizados da cena política, “limparia o terreno” para a ansiada sucessão presidencial. Os empresários do IPES/IBAD faziam objeções a estes políticos. Eram favoráveis à candidatura do general Castello Branco, que afinal se impôs.^[8] Mas, desse momento em diante as divergências na coalizão reacionária tornaram-se cada vez mais profundas, com uma crescente dissociação entre os “civis” e os “militares”.

A vitória de candidatos do Partido Social Democrático, nas eleições estaduais da Guanabara e em Minas Gerais, identificados pelos militares da “ultradireita” como representantes do regime anterior, gerou, em 1965, a primeira crise de proporções entre os golpistas. Os militares da “ultradireita”, ou da “linha dura”, como eram chamados, exigiram e obtiveram de Castello Branco uma série de medidas destinadas a limitar o jogo político-parlamentar e a influência dos políticos “populistas”. As punições e inelegibilidades foram ampliadas para abranger agora o campo dos aliados da véspera. E a mecânica do poder produziu então um fenômeno interessante: inimigos em 1964, Goulart, Lacerda e Kubistchek firmaram, na condição de cassados, aos 24 de setembro de 1967, o Acordo de Montevideu, integrando a Frente Ampla.

As raízes dessas dissensões devem ser localizadas, em última instância, na política econômica imposta neste período. Esta política econômica orientou-se claramente de acordo com a opção pelo aprofundamento da integração ao imperialismo, então na sua forma multinacional. Evidentemente não foi o arrocho salarial, imposto pela Lei nº 4.725, de julho de 1965, sobre a massa de assalariados, que teve o pendor de provocar as dissensões. Mais importantes foram os efeitos das medidas econômico-financeiras destinadas a “sanear” a economia, isto é, voltadas para acabar com a inflação através da restrição do crédito e da circulação monetária. O resultado foi uma certa “racionalização” do mercado capitalista, provocando uma onda de falências que afetou duramente

as pequenas e médias empresas, ao mesmo tempo em que consolidava o domínio do capital monopolista, estrangeiro e nacional. Entre 1965 e 1967, as classes médias, sobretudo a pequena-burguesia, viram-se novamente diante do problema da proletarização e radicalizaram-se. Desta vez, elas voltaram-se contra a direita. Quando, em 1966, o movimento estudantil voltou à cena, foi entusiasticamente saudado pelas classes médias.

O movimento estudantil e o movimento operário, este a partir de 1967, vinham crescendo no rescaldo da crise econômica, bem como nas brechas políticas abertas pelas dissensões interburguesas e aproveitaram o descontentamento das classes médias. Tais movimentos, que começaram a estabelecer os primeiros laços de contato em 1968, exprimiam uma nova orientação ideológica no campo das esquerdas. Melhor dizendo, procuravam uma via revolucionária de combate ao regime militar, caminho que o velho Partido Comunista Brasileiro não se dispunha a trilhar. Os trabalhadores rurais, profundamente atingidos pelo golpe de 1964, ficaram à margem desse processo.

A segunda etapa, que compreende os anos 1968 a 1969, é marcada pela solução da crise através da reunificação das classes dominantes e da reconquista do apoio da pequena-burguesia.

Um dos sinais mais importantes dessa evolução da conjuntura foi o contínuo enfraquecimento do parlamentarismo e das soluções que, como a Frente Ampla, propunham-se a catalisar a oposição “civil”. Já em fins de 1967, os emedebistas mineiros retiravam-se da Frente. Em abril do ano seguinte, através da Instrução 177 do Ministério da Justiça, o governo militar proibia qualquer manifestação política em nome daquela agremiação. Em junho, a lei instituindo os municípios de interesse da Segurança Nacional era aprovada por decurso de prazo, tendo os deputados oposicionistas denunciado a medida como resultado de uma manobra do líder do governo no Congresso. O que se passava, afinal? Apesar dos protestos nas ruas, a ditadura militar se fortalecia. Um progressivo deslocamento da correlação das forças para a direita estava em curso em meados de 1968. A burguesia e a pequena-burguesia abandonavam os seus representantes políticos tradicionais e aderiam à perspectiva de um governo forte. Esta solução violenta afinal se impôs, em 13 de dezembro de 1968, com a decretação do Ato Institucional nº 5.

Esse processo histórico de divórcio entre as classes e seus representantes políticos, fenômeno caracterizado por Gramsci como de “crise orgânica”,^[9] revelava, pois, que a burguesia havia abdicado de exercer diretamente o poder político. Porém a burguesia fora “convencida” disto pelo sucesso da política econômica que, naquele momento, estava produzindo os primeiros resultados. A economia começava a sair da recessão. E a retomada do desenvolvimento minou também as bases de expansão do movimento estudantil e favoreceu a reaproximação entre segmentos das classes médias e a ditadura militar. Eis uma excelente análise desse processo:

“Em 1967, completada a ‘limpeza da área’, ou seja, redistribuída a propriedade segundo o modelo de acumulação que asseguraria a retomada e o ‘milagre’, as várias frações e setores da burguesia estavam coesos em torno do regime. Tornava-se então possível reconquistar o apoio da pequena-burguesia também porque, em parte, o desenvolvimento seguinte se processaria em cima do ‘consumismo’ dessa camada da população. Fatos que ilustram isso: a criação de consórcios para a venda dos automóveis; a política do BNH para a venda de casas: a política creditícia e os financiamentos para a venda de todas as modalidades de bens de consumo. Afastado o temor do empobrecimento generalizado, a pequena-burguesia reapurou os ouvidos para fraseologia anticomunista, moralista e ‘ordeira’ do regime. Nesse quadro, a passeata dos cem mil, na Guanabara, não representou mais do que o agradecimento final da pequena-burguesia, que se despedia daqueles que haviam encarnado suas insatisfações. A grande imprensa e as ‘famílias’, aos poucos, passaram a ver o movimento estudantil como sinônimo de subversão e de ameaça à ordem.”[\[10\]](#)

Os sinais do declínio das mobilizações de massa contra a ditadura apareceram já no início do segundo semestre de 1968, após a queda do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, e a intensa repressão à greve dos operários metalúrgicos, em Osasco. Nesse quadro de descenso do movimento de massas de oposição à ditadura, começou a se gestar, entre a suas lideranças, aquele “espírito de seita” característico das fases de isolamento social. Surgiram as formulações da “guerra revolucionária” contra a ditadura, o que acarretou a reação à direita, ou melhor, à “ultradireita”. As ações terrorista da direita, até então apenas acobertadas pelo Estado, passaram a ser legitimadas com a decretação de um “estado de guerra interna” e se oficializaram como terrorismo de Estado, em 1969. “Estamos numa guerra” – disse o General Médici – , “e não podemos sacrificar os nossos.”[\[11\]](#)

Na terceira fase, de consolidação da ditadura sob a égide do AI-5, a “ultradireita” nas Forças Armadas alcançou o seu momento de maior glória, quando finalmente encontrou o seu “King-Kong”. Tiveram o presidente à altura da missão histórica de que se acreditava imbuída, o general Emílio Garrastazu Médici.

Apesar de não ser uma criação dos militares, o aparelho repressivo do Estado foi por eles extremamente aperfeiçoado e ampliado. Sancionados juridicamente pela Lei de Segurança Nacional, de setembro de 1969 e pela Emenda Constitucional n.^o 1, de outubro do mesmo ano, os órgãos de repressão política permanecem, até os dias atuais, praticamente intactos. Apenas se encontram em recesso.

O esqueleto dessa estrutura compôs-se de uma rede de informações políticas, ligada ao Poder Executivo através do Serviço Nacional de Informações (regulamentado em junho de 1964); de

órgãos voltados para ações especificamente repressivas, essencialmente montados a partir da generalização, para todo o país, da experiência da Operação Bandeirantes (OBAN), ligada ao Segundo Exército, com sede em São Paulo, e que adquiriu uma estrutura definida com a criação, em 1970, dos Centros de Operação de Defesa Interna (CODI) e de seus órgãos diretores, os Departamentos de Operações e Informações (DOI); de grupos de controle político no interior das Forças Armadas, de caráter secreto, chamados de E-2 no Exército, de M-2 na Marinha e de A-2 na Aeronáutica.[\[12\]](#) As Polícias Militares e até os Corpos de Bombeiros foram integrados nesta estrutura repressiva.

Os organismos especiais concorriam, na repressão política, com outros órgãos do aparelho de Estado, já existentes desde antes do golpe, como os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS). Nos bastidores dessa infernal máquina repressiva, construíram-se vínculos entre o poder “legalmente” estabelecido e o mundo marginal do crime. Tais vínculos envolviam mais diretamente o DOPS, onde delegados civis como Fleury notabilizaram-se, entre outros seis “homens de ouro” do regime militar, na repressão política às organizações de esquerda, postas na clandestinidade. Foi também dentro dessa estrutura que se gestou a experiência dantesca dos Esquadrões da Morte, envolvendo elementos oriundos das Polícias Militares, cujos tentáculos mergulhavam no inferno social do subproletariado urbano. Não podemos esquecer igualmente as múltiplas vinculações dessa monstruosa máquina de matar, em sua complexa rede, com o poder civil: abrangia desde simples porteiros de edifícios, transformados em delatores de movimentos suspeitos, até empresários, como Boilesen, do grupo Ultra, financiador da OBAN em São Paulo.[\[13\]](#)

O núcleo central do poder político sob a ditadura militar foi a chamada “comunidade de informações”, que tinha assento, juntamente com os ministérios civis e militares, no Conselho de Segurança Nacional. Dentro daquela “comunidade”, o SNI tinha o papel de vanguarda. Seu mentor fora o general Golbery do Couto e Silva. Por sinal, o serviço pôde ser organizado porque contou com a estrutura dos grupos de informação e dos arquivos montados pelo mesmo general no IPES, entre 1961 e 1964. A importância do SNI pode ser melhor aquilatada quando consideramos que, inversamente ao ocorrido com a “comunidade de segurança”, atualmente em recesso, ela continua a exercer um papel ativo na Nova República.

A esfera da repressão política constitui-se numa espécie de área privativa dos militares, na qual a autonomia do poder foi mais longe. A partir de meados de 1969, com o aparelho de repressão definitivamente montado, os militares desencadearam uma “guerra suja” contra a “esquerda armada”. Uma vez tendo desbaratado essas organizações, o terrorismo de Estado garantiu, pelo medo, o imobilismo das remanescentes massas de reserva capazes ainda de se engajar na luta.

Evidentemente houve resistência, a exemplo das oposições sindicais, mas esta foi bastante

atomizada e incapaz de ultrapassar os limites de um movimento molecular. Sobreviram, porém, aquelas forças políticas cujas posições admitiam a convivência com o regime no estreito espaço a elas conferido. Referimo-nos aqui à corrente liberal-burguesa agrupada no MDB e aos políticos trabalhistas ou socialistas que naquela frente política encontraram abrigo. Outra força política importante foi o “clero progressista”. Tendo amadurecido a sua “opção preferencial pelos pobres” praticamente sob o impacto do golpe de 1964, esta parte da Igreja Católica vinculou-se às classes trabalhadoras por meio das “comunidades eclesiais de base” e das “ações pastorais”. Contudo, só pode sobreviver porque a Igreja Católica estabeleceu uma concordata tácita com o regime militar.

Assim, sob a moldura da ditadura militar, o MDB e a Igreja Católica constituíram-se, institucionalmente, nos únicos canais de expressão da revolta social e política. Ao mesmo tempo, as forças políticas nelas abrigadas detiveram praticamente o monopólio da palavra oposicionista.

A ausência de liberdades limitou as possibilidades de aprendizado político por parte das classes trabalhadoras e da classe operária em particular, num momento em que estas passavam por uma profunda metamorfose em termos de tamanho, composição e peso social. Em outras palavras: a classe operária não encontrava condições propícias para o amadurecimento de uma consciência social. A dura experiência da exploração capitalista nos anos da ditadura militar produziu, na classe, um sentimento anticapitalista difuso. Politicamente, porém, não podia ultrapassar os limites que a oposição legal, secundada pelo “clero progressista”, expressava. Um certo democratismo pequeno-burguês, ingênuo, foi a característica do comportamento político da classe operária, mormente nas eleições proporcionais de 1974. O peso desse voto fortaleceu o movimento liberal antiditadura legitimando-o como uma alternativa futura para a sociedade.

Considerações finais

A ditadura militar não sobreviveu tão longo período apenas porque dispunha do “poder dos canhões”. As razões explicativas da solidez do poder militar devem ser buscadas também no seu papel “modernizante”, isto é, no fato de ser a força institucionalizada e concentrada de um poderoso bloco de interesses capitalistas. E é exatamente em torno desse papel “modernizante” da ditadura que gostaríamos de tecer as nossas considerações finais.

Muito embora seja um pouco forte demais usar a noção de “revolução burguesa” para as transformações ocorridas na sociedade brasileira após 1964, não podemos deixar de nos espantar com a modernização econômica e com as mudanças na estrutura social e cultural do país levadas à frente por meio de inaudita violência e controle repressivos. O domínio militar de fato alterou esse país.

Em linhas gerais, a nova estrutura urbano-industrial mais do que ampliou-se. No período compreendido entre 1960 e 1973, o número de empregados industriais aumentou 2,5 vezes, saltando de 2,96 para 7,44 milhões e representando, naquele último ano, 20% da força de trabalho total. Ao mesmo tempo, a percentagem dos empregados na agricultura caía de 53,7% para 41% e no setor de serviços a percentagem de empregados subiu de 33,2% para 39% da força de trabalho total.[\[14\]](#) Essas mudanças resultaram de um acelerado processo de acumulação de capital que, desde o período de Juscelino Kubitschek, já estava “transnacionalizado”. A intervenção do Estado na economia aprofundou-se ainda mais, desde então, com o que se estabeleceu chamar de “tríplice aliança”, isto é, a associação de interesses entre o capital monopolista multinacional e o capital monopolista nacional intermediada pelo capital estatal.[\[15\]](#)

O processo de acumulação de capital com o Produto Interno Bruto crescendo a taxas de 11% ao ano, propiciou um certo nível de coesão na sociedade como um todo: permitiu o apoio das frações não-hegemônicas da burguesia à “tríplice aliança”; ofereceu perspectivas concretas de mobilidade social e melhor padrão de vida para as classes médias; expandiu o emprego para a massa trabalhadora e, em certas faixas, abriu o mercado de consumo para a classe operária. Nos segmentos mais especializados do proletariado industrial, sobretudo entre os jovens, houve, inclusive, uma certa “sedução do milagre econômico”. A extensão deste fenômeno ainda não foi, ao que sabemos, objeto de estudo. Isto provavelmente se deve ao fato de que na literatura econômica e nas ciências sociais prevaleceu até agora a interpretação de que o corte na renda real dos operários ensejou uma redistribuição da renda pessoal em favor das classes médias, sobretudo em seus estratos médio e alto.[\[16\]](#)

A ampliação da estrutura urbano-industrial colocou também a necessidade – posta principalmente pelo capital transnacionalizado – do desenvolvimento de uma “cultura de massa”. Ora, este foi justamente o período da integração nacional através de uma sistema telecomunicações, a cargo da Embratel. A empresa privada mais beneficiada pela expansão dos meios de comunicação de massa, a Rede Globo, foi, por sinal, um dos instrumentos básicos para a difusão dessa “cultura de massa”. A mesma empresa, ao receber das mãos dos militares o monopólio da televisão brasileira, serviu de principal meio para a veiculação da ideologia oficial.

Referimo-nos ao papel “modernizante” da ditadura militar. Pois bem. Esse papel também abrangia a difusão de certos valores tidos como fundamentais para a expansão do capitalismo em clima de paz social, a saber. “o culto à obediência, à Lei (sic), à fidelidade ao trabalho e à integração na comunidade”.[\[17\]](#) O regime militar procurou, na propaganda oficial, promover a identidade entre as noções de “pátria” e “progresso”. A tentativa não era propriamente inédita, pois já fora proposta por Getúlio Vargas durante e após o Estado Novo. O mesmo se pode dizer da exploração demagógica

do futebol, por ocasião do Campeonato Mundial de 1970. A diferença residia no fato de que, desta vez, havia um relativo sucesso econômico e uma adesão social significativa, capaz de dar Ibope ao governo de Médici. Foi a época dos “cem milhões em ação... pra frente Brasil”, mas igualmente do “Brasil, ame-o ou deixe-o”, a mensagem contra os contestadores da ordem reinante.

A continuidade desse clima de euforia patrioteira pressupunha também uma sistemática ação repressiva sobre os meios de comunicação e os mais diversos empreendimentos culturais. O órgão oficialmente encarregado desta atribuição, a Polícia Federal, agia como a Inquisição desse tempo de “meio silêncio, boca gelada e murmúrio”, como disse o poeta Drummond.

Pouco antes da sucessão presidencial que, em 15 de janeiro de 1985, oficializou no Colégio Eleitoral o fim do regime militar, o general Médici afirmou, em entrevista irradiada para todo o Brasil pela televisão, que até o seu governo o país nunca conhecera tanto progresso e estabilidade. É verdade. Sob Médici, a ditadura enquanto forma de um Estado autoritário configurou-se como o moderno Leviatã. Tal como no projeto intelectual de Hobbes, foi no Estado autoritário militar que os interesses privados conheceram o seu mais perfeito desenvolvimento: nele se localizaram a felicidade, o prazer e o bem-estar do burguês. Mas o sonho totalitário de concentrar o universo social e estabelecer a paz nunca chegou a se tornar de fato uma realidade. As contradições sociais, com suas inevitáveis implicações no campo político e cultural, não foram suprimidas. E onde quer que exista opressão, sempre há resistência.

NOTAS

* Do depoimento de uma exilada, que morreu em Berlim Ocidental, em 1976. Citado por VIEIRA, Evaldo: *A República Brasileira: 1964-1984*. São Paulo, Ed. Moderna, 1985. pp. 36-37

[1] GUILHERME, Wanderley. *Reforma contra reforma*. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1963.

[2] GUILHERME, W. *Op. cit.*, pp. 21-23, 81,88-90.

[3] PEDROSA, Mário. *A opção brasileira*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965.

[4] PEDROSA, M. *Op. Cit.*, pp. 57-58, 81 e ss.

[5] SILVA, José Luiz Werneck da. *A deformação da história ou Para não esquecer*. Rio de Janeiro.

Jorge Zahar Ed., 1985.

[6] A esse respeito ver COSTA, Fernando José Leite & KLEIN, Lucia Gomes. Cronologia: Um ano de governo Médici. *Dados*, 9, 1972.

[7] DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981.

[8] DREIFUSS, R. A. *Op. cit.*, pp. 419-420.

[9] GRAMSCI, Antonio. “Observações sobre alguns aspectos da estrutura dos partidos políticos nos períodos de crise orgânica”. In *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1968

[10] ESPINOSA, Antonio Roberto “Dois relâmpagos na noite do arrocho”. In *Cadernos do Presente* – 2. Belo Horizonte, Ed. Aparte S/A, 1978.

[11] Reportagem intitulada A morte de um símbolo. In revista *Veja*, n^o 983, de 16 de outubro de 1985.

[12] VIEIRA, Evaldo. *A república brasileira 1964-1984*. São Paulo, Ed. Moderna, 1985.

[13] A esse respeito, ver BRIGAGÃO, Clóvis. *A militarização da sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985.

[14] Dados do IBGE/PNAD. População, mão de obra, salário, instrução, domicílio. 4.^o trimestre de 1973. Rio de Janeiro, 1975. In *Revista de Cultura Política*, n.^o 1, agosto de 1979.

[15] EVANS, Peter. *A tríplice Aliança: as multinacionais, as estatais e capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. 2.^a Ed. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1982.

[16] A esse respeito, ver o importante artigo de WELLS, John: Subconsumo, tamanho de mercado e padrões de gastos familiares no Brasil. In *Estudos CEBRAP*, n.^o 17, jul-ago-set 1976.

[17] SILVA, J. L. W. da. *Op. cit.*, p. 54.